

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Aos 05 dias do mês de julho de 2023, pelas 10:07 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da ata n.º 106;**
2. **Análise e votação da Proposta de Plano de Atividades da UTAO em 2023;**
3. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 27/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à isenção de IVA das prestações de serviços efetuadas por artistas tauromáquicos, alterando o Código do IVA;
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)**
4. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 463/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Elimina a natureza tributária das transgressões ocorridas em infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho);
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**
5. **Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 805/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que defenda junto das instituições europeias a criação do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos como peça-chave de uma União Bancária apta a proteger os pequenos e médios depositantes e a consolidar a confiança dos cidadãos no sistema financeiro europeu, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento;**
6. **Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 46/XV/1.ª](#) — Pela clarificação da aplicação do IVA à taxa de 6% aos sumos naturais;
Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**
7. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 854/XV/1.ª \(IL\)](#) – Altera o Código do Imposto sobre os Veículos, eliminando a atual**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

**discriminação fiscal de veículos usados provenientes da União Europeia;
Cabe ao GP PSD**

- 8. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 824/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à devolução automática do ISV cobrado ilegalmente, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento;**
- 9. Outros assuntos.**

1. Aprovação da ata n.º 106;

A ata supracitada foi colocada a discussão pelo Senhor Presidente. Não tendo havido pedidos de palavra, a mesma foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares (GP) da IL, BE, do Deputado Único Representante de Partido (DURP) PAN e DURP L.

2. Análise e votação da Proposta de Plano de Atividades da UTAO em 2023;

O Senhor Presidente colocou a proposta de Plano de Atividades da UTAO a discussão, dando a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que começou por referir a realização de entrevistas por parte do Coordenador da UTAO, as quais não constituiriam, no seu entendimento, problema, desde que o trabalho daquela Unidade fosse concretizado e os Senhores Deputados pudessem aproveitá-lo, o que, afirmou, geralmente acontece. No entanto, o Senhor Deputado notou que a parte introdutória do Relatório supracitado fora extremamente centrada no seu Coordenador, considerando que esta não seria uma forma adequada de apresentar este documento, devendo antes aquele incidir sobre matéria passível de auxiliar os Deputados. Adicionalmente, referiu o registo de recursos insuficientes para a UTAO cumprir os seus objetivos, asseverando que já tivera a oportunidade de mencionar esta questão no Conselho de Administração e que o Senhor Secretário-Geral teria ficado incumbido de a resolver. Assim, e face a esta situação, o Senhor Deputado sugeriu que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deveria tomar uma iniciativa conjunta no



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

sentido de averiguar junto da UTAO o que fazia falta. Afirmou ainda que teria sido disponibilizada uma técnica dos Serviços da Assembleia da República, economista e doutorada na área, que poderia ter as habilitações específicas, apesar de não ter ainda experiência na mesma, tendo tal recurso sido recusado. Neste contexto, defendeu que era necessário reunir com o Coordenador da UTAO, para se saber qual o perfil e habilitações necessárias para o serviço. Mais acrescentou que, por vezes, chegam documentos à Assembleia da República que carecem da análise qualificada da UTAO, chegando o seu resultado em cima da hora, pelo que deveriam existir os recursos necessários para poder desenvolver o seu trabalho e fornecer aos Senhores Deputados informação útil para a atividade parlamentar, frisando o carácter tecnicamente competente desta unidade orgânica. O Senhor Deputado sublinhou ainda que, no passado, teriam existido notas rápidas elaboradas pela UTAO, quanto aos pontos 3 e 4 do Relatório, desaparecendo a sua menção do documento, defendendo que estes documentos eram relevantes para a inserção de informação técnica na discussão. Deste modo, sugeriu que estas conclusões fossem acordadas entre todos para que fossem reencaminhadas para o Coordenador, com o objetivo de se reformular o documento, resolvendo-se a situação da eventual escassez dos recursos, porquanto a UTAO seria a única unidade dos Serviços que não tinha o quadro completo, e voltando a inserir as notas rápidas, por serem úteis ao trabalho direto dos Senhores Deputados.

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que declarou ter tido, no ano passado, uma reunião com o Senhor Coordenador da UTAO, na qual este tinha expressado vontade em colmatar as deficiências existentes, designadamente o quadro de pessoal e a elaboração dos relatórios. Referiu ainda que tinha conversado com o Senhor Presidente, que tinha asseverado que, não obstante ser um órgão de apoio à COF, não caberia a esta Comissão assumir as competências para a resolução dos problemas mencionados, manifestando a sua concordância com o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), no sentido de garantir uma relação mais eficiente.

O Senhor Presidente afirmou que tivera a oportunidade de reunir com o Senhor Coordenador alguns dias antes, tendo-lhe sido reportados alguns constrangimentos, ao que o Senhor presidente retorquiu que a maior parte, senão a totalidade das pretensões, decorreriam das normas que presidem às relações dos serviços da



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Assembleia da República, e não diretamente com a COF, para a qual prestam atividade, mas não estão na sua dependência. Informou ainda que a Mesa iria reunir com o Senhor Coordenador antes do período de férias, a abranger, eventualmente, os Coordenadores. Voltou a salientar as relações da COF e esta unidade orgânica, atribuindo pertinência aos temas levantados pelo Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), de forma a averiguar a adequação das pretensões da UTAO, mas sublinhando que o referido não prejudicaria a elaboração do Relatório, tal como este estaria.

Feito este esclarecimento, usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que afirmou acompanhar as preocupações debatidas, as diligências a serem empreendidas e o enquadramento feito pelo Senhor Presidente, defendendo que a UTAO tem exercido a sua atividade com o esforço dos seus responsáveis, mais declarando que algo não estaria bem quando um plano de atividades que deveria ter sido apresentado em setembro de 2022 foi apresentado à COF em julho de 2023, merecendo tal reflexão.

Por fim, interveio o Senhor deputado Duarte Alves (PCP), que defendeu a importância de garantir os meios necessários à UTAO, de saber quais foram os recursos que teriam sido apresentados pela Assembleia da República e que eventualmente foram recusados, quais as carências do serviço e quais as solicitações feitas ao Conselho de Administração e que foram recusadas. Sublinhou também a natureza do papel de uma unidade de apoio, indagando se estaria no âmbito das suas competências e do seu Coordenador emitir opiniões através de entrevistas que poderiam consubstanciar opiniões políticas, citando exemplos como o PRR na qualidade de uma política anticíclica, com a qual o Senhor Deputado não concordava. Em contrapartida, declarou concordar com o ponto 21 do Plano em questão, no sentido de que contribuir para a literacia económica dos cidadãos seria uma boa prática, internacionalmente reconhecida, não se opondo à sua divulgação, em especial, através da participação do seu Coordenador nos meios de comunicação social, mas sempre salvaguardando a moderação, não só no número de solicitações como também no tipo de pareceres apresentados, que entendeu extravasarem as competências de uma unidade técnica. O Senhor Deputado finalizou a sua intervenção, destacando novamente a questão da falta de recursos, que carecia de resolução, sugerindo a aprovação do Plano de



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Atividades, deixando a discussão das matérias mencionadas para a continuidade, sem alterar aquele.

O Senhor Presidente destacou que o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) tinha recordado alguns constrangimentos que resultavam da falta de relação funcional direta entre a COF e a UTAO e que, por isso, careciam de resposta. De seguida, renovou o que tinha aludido quanto a uma reunião da Mesa com o Senhor Coordenador da UTAO.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) interveio ainda para relembrar a diferença que existia quanto aos Planos de Atividades de anteriores Legislaturas, nos quais as notas rápidas estavam presentes, tendo deixado de existir. O Senhor Deputado enquadrou a natureza destes documentos, tomados como úteis para a discussão parlamentar, apesar da potencial incompletude pela objetiva falta de tempo, pelo que considerou relevante convidar a UTAO a incluir os mesmos no Plano.

O Senhor Presidente afirmou que tal proposta não prejudicaria a votação do Plano de Atividades e que poderia ser abrangida na reunião de Mesa a realizar com o Senhor Coordenador, a par dos alegados constrangimentos de recursos humanos, acrescentado que a inexistência expressa de um documento não obsta a que este venha a ser produzido.

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente colocou o Plano de Atividades supracitado a votação, tendo este sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, BE, DURP PAN e DURP L, salvaguardando que os Senhores Deputados Coordenadores deveriam indicar se tivessem interesse em participar na reunião de Mesa anteriormente aludida.

- 3. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 27/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à isenção de IVA das prestações de serviços efetuadas por artistas tauromáquicos, alterando o Código do IVA;
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)**

O Parecer foi apresentado pelo seu autor, o Senhor Deputado Ivan Gonçalves.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Aberta a discussão, interveio o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que enalteceu a qualidade do parecer e agradeceu a elaboração da nota técnica aos serviços, antecipando que o seu sentido de voto seria dirigido ao conteúdo da iniciativa e não tanto ao parecer em si.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente submeteu o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor dos GP PS, PSD e PCP e a abstenção do Chega, na ausência dos GP da IL, BE, DURP PAN e DURP L.

4. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 463/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Elimina a natureza tributária das transgressões ocorridas em infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho);**
Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

Aberta a discussão, usou da palavra o Senhor Deputado Artur Soveral de Andrade (PSD), que agradeceu a apresentação do parecer e elogiou a sua qualidade, especialmente no tocante à sua tecnicidade, numa matéria passível de suscitar opiniões contraditórias.

Usou igualmente da palavra o Senhor Deputado Rui Afonso (CH), que agradeceu e saudou a elaboração do parecer, bem como o auxílio de todos os serviços técnicos.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que congratulou o parecer desenvolvido e o Relator, afirmando que expressaria de forma adequada a intenção do PCP. Reportou-se à questão da «lei travão», declarando que era pretendido que a Autoridade Tributária (AT) deixasse de cobrar portagens em nome dos concessionários privados, não constituindo receitas tributárias nem estando esta situação prevista na Constituição, concluindo que a aplicação da norma mencionada não teria cabimento.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) asseverou que compreendia o referido, mas apelou a que não se esquecesse das comissões que a AT cobra e deixará de cobrar, se a medida em causa fosse aprovada.

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) defendeu que, sem prejuízo da sua opinião ou do seu GP, a discussão deveria ter lugar na fase na especialidade, na qual seriam esgrimidos os diversos argumentos, relevando no atual momento saber se a iniciativa estava em condições de ser admitida, o que, no seu entender, estaria.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente submeteu o parecer a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência dos GP da IL, BE, DURP PAN e DURP L.

- 5. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 805/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que defenda junto das instituições europeias a criação do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos como peça-chave de uma União Bancária apta a proteger os pequenos e médios depositantes e a consolidar a confiança dos cidadãos no sistema financeiro europeu, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento;**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) solicitou a discussão do presente ponto para a reunião de Comissão seguinte.

- 6. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 46/XV/1.ª](#) — Pela clarificação da aplicação do IVA à taxa de 6% aos sumos naturais; Relator: Deputado Alexandre Simões (PSD)**

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) iniciou a exposição do relatório, começando por informar que a petição objeto do mesmo tinha sido apresentada por uma cooperativa hortofrutícola, a qual solicitou uma clarificação da aplicação do IVA à taxa de 6 % aos sumos naturais que resultam da transformação ou combinação de sumos, polpas ou sementes naturais. Neste sentido, a peticionária defendera que deveria ser aplicada a taxa mencionada aos sumos por si produzidos, discordando da



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

interpretação da AT. Assim, o Senhor Deputado afirmou que a peticionária solicitara que fossem introduzidas alterações ao Código do IVA, para que não existissem dúvidas quanto aos produtos em causa, acrescentando, num ponto de vista formal, que a petição não precisaria de ser publicada, nem ouvidos os peticionários em comissão ou Plenário, tendo sido pedidas informações à AT e ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais em duas ocasiões diferentes, não tendo havido qualquer resposta. Por fim, o Senhor Deputado pediu que a petição fosse distribuída pelos GP, DURP e ao Senhor Presidente da Assembleia da República, mantendo-se à disposição para qualquer esclarecimento.

Aberta a discussão, tomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), que cumprimentou a elaboração do relatório em questão, propondo acrescentar um ponto às conclusões, no sentido de enviar este parecer ao Governo, em particular, na parte referente aos pedidos de esclarecimento enviados pela AR à AT e ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, por considerar inaceitável não ter havido resposta por parte de ambos, perante duas insistências.

O Senhor Presidente informou que esse facto constaria do relatório elaborado periodicamente pela Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, com a presença da Senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares.

Usou a palavra o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que agradeceu o relatório elaborado e antecipou que votaria a favor do mesmo.

Para encerrar o debate, foi devolvida a palavra ao Senhor deputado Alexandre Simões (PSD), que declarou aceitar a sugestão do Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), informando-se a tutela do sucedido.

Nesta senda, o Senhor Presidente colocou o parecer a discussão, incluindo a adição do Governo como destinatário, tendo sido aquele aprovado por unanimidade, na ausência dos GP da IL, BE, DURP PAN e DURP L.

- 7. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 854/XV/1.ª \(IL\)](#) – Altera o Código do Imposto sobre os Veículos, eliminando a atual**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

discriminação fiscal de veículos usados provenientes da União Europeia; Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) indicou a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) como relatora do referido parecer.

- 8. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 824/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à devolução automática do ISV cobrado ilegalmente, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento;**

O presente ponto foi adiado, devido à impossibilidade de comparência do Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL), proponente da resolução supramencionada.

9. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que a Assembleia da República já dispunha do Relatório de Atividades Desenvolvidas de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras para o ano de 2022, afirmando que, se não houvesse oposição dos Senhores Deputados, seria marcada a audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para dia 6 de setembro, retomando-se as atividades parlamentares com este evento, à semelhança dos anos anteriores.

O Senhor Presidente declarou também que iria reunir com a Mesa a propósito do Plano de atividades da UTAO.

Por fim, o Senhor Presidente agendou a reunião seguinte, lembrando as audiências já apazadas para dia 12 de julho.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 10:51 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 julho 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Afonso (CH)
Duarte Alves (PCP)
Diogo Cunha (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Pereira (PS)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Mariana Mortágua (BE)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 107/XV/ 1.ª SL

Inês De Sousa Real (PAN)

Rui Tavares (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Seguro Sanches (PS)

Paula Cardoso (PSD)